

Geopolítica e classes sociais

Por José Luís Fiori

Valor Econômico, 28.8.2013

O contexto mundial de crise anuncia o surgimento de condições favoráveis a uma nova "era de convergência"

Não há nenhuma evidência histórica de que exista uma relação necessária e monogâmica entre determinadas estratégias internacionais de poder e algum Estado, regime político ou modo de produção particular. Nem tampouco, com alguma religião, fase do capitalismo ou classe social específica. Por isto, não é possível deduzir uma política internacional de um catálogo genérico dos interesses ou coalizões de classe. Como tampouco se pode atribuir -de forma necessária e permanente - uma política econômica, ortodoxa ou heterodoxa, a alguma classe ou fração de classe exclusiva. Tudo dependerá, nos dois casos, das circunstâncias históricas, políticas e geopolíticas específicas de cada país.

O sociólogo e economista austríaco, Karl Polanyi (1886-1964), propôs, talvez em 1944, a tese original e instigante sobre a existência de uma "regularidade variável" e de longo prazo, na história do sistema interestatal e do capitalismo, entre as estratégias internacionais dos países e suas políticas econômicas e sociais, ou, de forma mais ampla, entre sua geopolítica e suas classes sociais. Resumindo: Karl Polanyi identifica a recorrência de um "duplo movimento" na história do capitalismo, que seria resultado da ação permanente e contraditória de dois princípios organizadores das economias e sociedades de mercado, cada um deles apontando para objetivos diferentes.

Um, seria o "princípio do liberalismo" econômico que propõe, desde as origens do sistema, a globalização ou universalização dos mercados auto-regulados, por meio da defesa permanente do *laissez faire* e do livre comércio. E o outro, seria o princípio da "autoproteção social", uma reação defensiva que se articula historicamente "não em torno de interesses de classes particulares, mas em torno da defesa das "substâncias sociais ameaçadas pelos mercados"¹.

Este princípio de "autoproteção social", por sua vez, tenderia a se manifestar de duas maneiras diferentes: 1- dentro de cada país, por meio de várias formas de luta, mobilização e democratização política e social, e de construção de redes igualitárias de proteção coletiva das suas populações; e 2 - dentro do sistema internacional, por meio de uma reação defensiva/ofensiva dos Estados que decidem proteger seus sistemas econômicos nacionais, frente a situações de crise e de aumento da competição e da belicosidade do sistema interestatal.

No caso dos países europeus, os dois movimentos de autoproteção social e internacional convergiram, na maioria dos casos, graças à natureza secular, extremamente competitiva e bélica do seu sistema político. Mas o mesmo também ocorreu na luta anticolonialista de países asiáticos, onde o sentimento de identidade e mobilização nacional cumpriu papel decisivo na soldagem de uma "comunidade de interesses" frente a um tipo de desafio externo que diluiu as fronteiras de classe e estimulou formas e políticas de proteção e fortalecimento nacional, solidariedade e igualdade social.

Nestes casos, se pode dizer que ocorreu uma espécie de "renacionalização" das burguesias locais, e uma maior identificação de suas elites com seus territórios, suas populações e suas economias nacionais. Foi sobretudo nestas situações e circunstâncias que se formaram os grandes consensos e as coalizões de poder responsáveis pelo sucesso econômico e internacional das potências europeias e asiáticas. Por fim, se pode dizer, a partir da tese de Polanyi, que não existem proprietários das ideias, das políticas e das estratégias, a história ensina que uma mesma ideia ou estratégia pode ser apoiada por diferentes coalizões de poder, em diferentes momentos e países, dependendo do contexto internacional.

Agora, na segunda década do século XXI, o contexto mundial de crise e aumento da belicosidade e da competitividade internacional está anunciando - uma vez mais - o surgimento de "condições externas" favoráveis a uma nova "era de convergência" entre as políticas de autoproteção social e nacional, dentro dos países situados nas escalões inferiores do sistema interestatal capitalista. Segundo Polanyi, como vimos, é nestas conjunturas que se abrem as portas para a formação dos consensos e das coalizões de poder capazes de questionar as assimetrias de poder e riqueza internacionais, e com força para sustentar políticas nacionais de crescimento e igualdade sociais aceleradas.

Mas é também nestas horas de bifurcação que os países podem perder o bonde da história por longos períodos de tempo, caindo na vala comum do "desenvolvimentismo preguiçoso", perdido na teia repetitiva e sonolenta das diatribes macroeconômicas, e movidos pela força quase inercial de infinitos interesses coligados e satisfeitos, sem uma hegemonia e uma direção estatal clara. Por absoluta falta de ousadia internacional e de uma estratégia econômica e social coerente, expansiva e de longo prazo.

¹ Polanyi, K. (1944 [1980], *A Grande Transformação*, Editora Campus, Rio de Janeiro, p: 164